



53
Rafael

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº0000890-03.2014.8.17.0000 (0325885-5)

AGRAVANTE: **MUNICÍPIO DE RECIFE**

AGRAVADO: LUÍZA PAREDES PAIVA

RELATOR: **DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

EMENTA

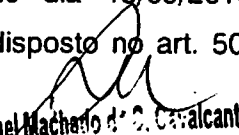
PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DE APELAÇÃO. ACOLHIMENTO. ART 508 C/C ART.188, AMMBOS DO CPC. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Município de Recife, contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos do Agravo de Instrumento nº 0325885-5, que negou seguimento ao recurso de apelação aviado, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, por entender que a decisão hostilizada está em consonância com a jurisprudência de dominante deste e. Tribunal de Justiça e de Tribunais Superiores.

2. A data a ser considerada para o início da contagem do prazo recursal é aquela constante da certidão do escrivão e não a constante do "ciente" do Procurador da Fazenda, pois aquele goza de fé pública (art. 141, V, do CPC)

3. Também no mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacificado de que a carga dos autos pelo advogado da parte, enseja ciência inequívoca da decisão que lhe é adversa, conforme o caso em apreço, suprimindo a necessidade de intimação pessoal do advogado, iniciando-se, assim, a contagem do prazo para interpor o recurso cabível.

4. A certidão de fls. 25 informa que o agravante foi intimado da sentença em 09/08/2010 (segunda-feira). Como o início do prazo de contagem para interposição do recurso de apelação passou a ser a terça-feira dia 10/08/2010, encerrando-se em 08/09/2010. Entretanto, foi interposta a Apelação somente no dia 13/09/2010, afigurando-se totalmente intempestiva, em conformidade com o disposto no art. 508


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

do CPC, que prevê prazo de 15 (quinze) dias para a interposição do apelo, no caso, contado em dobro, ex vi do art. 188 do CPC.

5. Pela detida análise dos autos, não se encontra prova inequívoca de que a intimação do Município ora recorrente se deu em 13/08/2010, não trazendo aos autos qualquer documento capaz de demonstrar que o que foi certificado não corresponde à realidade fática posta. O próprio Recorrente em suas razões, afirma no item 26 (fls.11), que se torna indispensável juntar cópias da recepção do caderno processual pelo Diretor da Procuradoria Fazendária.

6. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.

7. Agravo conhecido e não provido.


Rafael Machado de C. Cavalcanti
Desembargador

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0325885-5, em que figuram como Agravante e Agravado **MUNICÍPIO DE RECIFE** e **LUÍZA PAREDES PAIVA**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo Legal nº 0325885-5**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 13 de 06 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



56
/ 16.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº0000890-03.2014.8.17.0000 (0325885-5)

AGRAVANTE: **MUNICÍPIO DE RECIFE**

AGRAVADO: LUÍZA PAREDES PAIVA

RELATOR: **DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Município de Recife, contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos do Agravo de Instrumento nº 0325885-5, que negou seguimento ao recurso de apelação aviado, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, por entender que a decisão hostilizada está em consonância com a jurisprudência de dominante deste e. Tribunal de Justiça e de Tribunais Superiores.

Irresignado com a decisão singular proferida por esta relatoria, o Município de Recife ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, que o termo inicial do prazo para qualquer providência judicial se opera com a efetiva ciência da Fazenda Pública do processo que lhe fora remetido e não com a mera remessa.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada.

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

54
19/06

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 13 de 06 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

58
RF

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº0000890-03.2014.8.17.0000 (0325885-5)

AGRAVANTE: **MUNICÍPIO DE RECIFE**

AGRAVADO: **LUÍZA PAREDES PAIVA**

RELATOR: **DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI**

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo **MUNICÍPIO DO RECIFE**, em face da decisão interlocutória que negou seguimento à apelação, proferida nos autos da ação de execução fiscal tombada sob o nº 0088617-46.2004.8.17.0001 e que tramitou na 1ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital.

Nas razões de recurso, aduz, em síntese que o Juízo a quo considerou intempestivo o Apelo do Município do Recife com base na certidão cartorária que assevera haver remetido os autos à Procuradoria Fazendária Municipal em 09/08/2010, tendo sido protocolizada a apelação em 13/09/2010.

Reproduzo, em síntese, a fundamentação da interlocutória ora recorrida:

"Em aferição da tempestividade, verifica-se que o prazo para interposição recursal teve seu termo inicial no primeiro dia útil subsequente à intimação do representante judicial da Fazenda Pública pela Secretaria, ou seja, 10/08/10, uma vez que os autos foram remetidos à Fazenda Municipal em 09/08/10 (segunda-feira), consoante carimbo de remessa de fls. 07-v, esgotando-se, por

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

consequente, para aquele fim, em 08/09/10 (CPC, artigos 184, 188, 506, II e 508).

Destarte, constata-se a indiscutível intempestividade do presente recurso apelatório, já que foi interposto em 13/09/2010, totalmente a destempo, em conformidade com o disposto no art. 508 do CPC, que prevê prazo de 15 (quinze) dias para a interposição do apelo, no caso, contado em dobro, ex vi do art. 188 do CPC."

Passo a decidir.

Entendo que a pretensão do agravante não merece acolhimento, uma vez que pela detida análise dos autos, também não encontrei a presença de prova inequívoca de que a intimação do Município ora recorrente, se deu em 13/08/2010, não trazendo aos autos qualquer documento capaz de demonstrar que o que foi certificado não corresponde à realidade fática posta. O próprio Recorrente em suas razões, afirma no item 26 (fls.11), que se torna indispensável juntar cópias da recepção do caderno processual pelo Diretor da Procuradoria Fazendária.

Ora a certidão de fls. 25 informa que o agravante foi intimado da sentença em 09/08/2010 (segunda-feira). Como o início do prazo de contagem para interposição do recurso de apelação passou a ser a terça-feira dia 10/08/2010, encerrando-se em 08/09/2010. Entretanto, foi interposta a Apelação somente no dia 13/09/2010, afigurando-se, intempestiva.

Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE.

1. A data a ser considerada para o início da contagem do prazo recursal é aquela constante da certidão do escrivão e não a constante do "ciente" do Procurador da Fazenda, pois aquele goza de fé pública (art. 141, V, do CPC)
2. Recurso não conhecido por intempestivo.
(AG 2000.01.00.127301-0/MG, Rel. Juiz Hilton Queiroz, Quarta Turma, DJ de 06/03/2002, p.59) Grifo ausente do original)

Também no mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacificado de que a carga dos autos pelo advogado da parte, enseja ciência inequívoca da decisão que lhe é adversa, conforme o caso em apreço, suprimindo a necessidade de intimação pessoal do advogado, iniciando-se, assim, a contagem do prazo para interpor o recurso cabível.

Ante a fundamentação exposta acima, com arrimo no caput do art. 557 do Código de Processo Civil, NEGOU SEGUIMENTO ao presente recurso, em face da sua improcedência, mantendo a decisão concedida pelo magistrado a quo".


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

59
60

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO do presente Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador